Situação-limite, ato-limite e inédito viável: as categorias freireanas presentes nas representações e práticas de educação ambiental no fórum da Lagoa dos Patos

Danieli Veleda Moura
Doutoranda em Educação Ambiental do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande-FURG.
danieliveledamoura@yahoo.com.br

Carlos Frederico Bernardo Loureiro
Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
floureiro@openlink.com.br

Lúcia de Fátima Socoowski de Anello
Professora adjunta do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental e Coordenadora Adjunta do Programa de Pós Graduação em Gerenciamento Costeiro - PPGC do Instituto de Oceanografia da FURG.
luciaanello@hotmail.com

Maria Odete da Rosa Pereira
Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande-FURG.
Sócia-gerente da empresa de consultoria Trans For Mar.
dethfurg@hotmail.com

Resumo:
Neste trabalho propomos compreender como as categorias freireanas: situação-limite, ato-limite e inédito-viável estão presentes nas representações (e práticas) de Educação Ambiental no Fórum da Lagoa dos Patos. Partimos da delimitação a priori destas categorias entendendo que a situação-limite revela-se pela relação de degradação que a pesca artesanal e seus trabalhadores sofre no modo de produção capitalista; o ato-limite constitui-se na luta por outra condição da pesca na cidade do Rio Grande-RS e demais regiões deste complexo lagunar e que, por meio da Educação Ambiental Crítica pode vir a se constituir num espaço de alcance do inédito viável, nossa utopia de um outro mundo possível e necessário. O estudo destas categorias será feito tendo como material de análise a monografia do Curso de Especialização em Educação Brasileira de Maria Odete da Rosa Pereira, defendida no ano de 2005 na Universidade Federal do Rio Grande.

Palavras-chave: Pesca Artesanal, Fórum da Lagoa dos Patos, Paulo Freire.

Abstract:
In this work, we understand how freireanas categories: state limit, limit and act unheard-viable are present in the representations (and practices) Environmental Education Fórum da Lagoa dos Patos. We start with the definition of these categories a priori understanding that extreme situation revealed by the ratio of degradation that artisanal fisheries and their workers suffer the capitalist mode of production, limit the act constitutes the struggle for another condition in the city's fishing Rio Grande-RS and other regions of the lagoon and through the Critical Environmental Education may prove to be within a range of unprecedented feasible, our utopia of another world is possible and necessary. The study will be done with these categories as material analysis of the monograph Specialization in Education Brazilian Maria Odete da Rosa Pereira, defended in 2005 at the Universidade Federal do Rio Grande.
Keywords: Artisan Fishing, Forum da Lagoa dos Patos, Paulo Freire.

1. INTRODUÇÃO

Diante de uma sociedade profundamente desigual, em que a miséria de muitos alimenta a riqueza de poucos, entendemos que a nossa responsabilidade, enquanto educadores ambientais comprometidos com o processo de transformação da realidade está relacionada ao nosso engajamento na luta contra a educação reprodutivista deste *status quo*, o que significa que precisamos ir contra a desumanização, o que necessariamente perpassa o rompimento com o intelectualismo alienante causador de uma percepção ingênua da realidade. Para nós, que temos a concepção teórica marxista como visão de mundo, o trabalho de um educador se torna autêntico na medida em que se abre ao diálogo, refletindo e problematizando nossa realidade, buscando, assim, por meio de nossa prática, transformá-la.

Oliveira (2006), em sua Dissertação de Mestrado, expressou o sentimento do qual também compartilhamos em relação às investigações científicas, ao dizer que estas partem de um desejo, de uma inquietação, de uma curiosidade, orientada para o compromisso político do pesquisador com o desenvolvimento social do conhecimento e transformação da realidade, pois ao pesquisar estamos a desafiar os saberes que temos sobre esta. Logo, o campo de investigação ao qual nos lançamos a investigar, precisa ser imbuído do desejo de encontrar o novo, sendo, portanto, um esforço de desacomodação em relação à forma como estamos produzindo nossa existência em sociedade.

Assim, justificamos nosso trabalho com a pesca artesanal a partir do nosso envolvimento no Projeto Análise da Cadeia Produtiva do Pescado oriundo da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar no Estado do Rio Grande do Sul,[1] pelas leituras e estudos sistematizados de trabalhos monográficos, dissertações, teses e artigos, levantamento da legislação e das políticas públicas federais e estaduais para o setor, reuniões semanais com o grupo de pesquisa, encontros com os pescadores no Fórum da Lagoa dos Patos, nas reuniões de outros Projetos relacionados à pesca, nos acompanhamentos que temos feito da safra do camarão do ano de 2013, bem como dos contatos com pescadores, suas lideranças em suas comunidades para a realização de observações, entrevistas e oficinas, além de disciplinas, palestras e seminários afins.

A partir disso, podemos afirmar que os pescadores artesanais têm sofrido diretamente as consequências do processo de degradação ambiental e de exploração da força de trabalho, sendo expropriados de si mesmo e da natureza, por meio do trabalho alienado, gerando, por vezes, incertezas em relação ao futuro da profissão, em decorrência da crescente poluição das águas e um consequente declínio do chamado recurso pesqueiro, seja pela pesca predatória, pela pesca industrial, especulação imobiliária em áreas litorâneas, turismo, dificuldade de acesso às políticas públicas e de compreensão e adequação ao excessivo e, muitas vezes, contraditório regramento para o setor, além de tantos outros fatores que intervém direta e indiretamente nesta atividade.

---

1 O Projeto da Cadeia Produtiva do Pescado oriundo da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar no Rio Grande do Sul é resultante do Convênio nº 2.401/2011, firmado entre Universidade Federal do Rio Grande e Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul. Este Projeto é coordenado pelas Professoras Dra. Lúcia F.S. de Anello e Dra. Tatiana Walter, do Instituto de Oceanografia (Laboratório de Gerenciamento Costeiro – LabGerco - FURG) e tem o objetivo de analisar a cadeia produtiva do pescado produzido pela pesca artesanal e pela aquicultura familiar no estado do Rio Grande do Sul, identificando limitações, potencialidades e perspectivas, com vistas a uma interlocução mais qualificada entre as Políticas do Programa RS Pesca e Aquicultura e a realidade deste setor no Estado.

Neste "cenário", a figura do pescador artesanal nos chama a atenção por diversas razões que nos fazem compreender esta modalidade de trabalhadores, sejam eles homens ou mulheres, como uma categoria particular que historicamente vem se mantendo, contrariando as expectativas fatalistas que alarmam o fim desta categoria profissional. O que nos chama atenção e nos inquieta a pesquisar, diz respeito ao fato de que mesmo diante de todos estes processos, a pesca artesanal é uma atividade que persiste através dos tempos, tendo grande importância no contexto da produção brasileira. "No Brasil, a importância da pesca extrativa artesanal (responsável por 51,4% da produção de frutos do mar) é similar à importância da agricultura familiar (responsável por 37% do valor produzido) (WALTER, 2010, p. 01)".

Assim, é que diante de nossa visão de mundo marxista e, adotando Paulo Freire como nosso referencial teórico, entendemos que o exercício da pesca artesanal para seus trabalhadores, historicamente oprimidos, apresenta-se como uma situação-limite sob o modo de produção capitalista, fortemente esboçado pelos conflitos ora citados e que estão a exigir do pescador artesanal um ato-limite que vem a ser uma outra postura frente a esta realidade que se apresenta como dada. Em nosso entendimento, este ato-limite refere-se à ação sobre o mundo visando transformá-lo e isso está diretamente ligado à participação efetiva destes trabalhadores em organizações sociais, de forma crítica, criando, portanto, as condições materiais necessárias de alcance do inédito viável, o qual vai ao encontro de nossos sonhos possíveis de uma sociedade onde impere a justiça social. Como disse J. Simões Jorge em relação à dialética da Educação em Freire: Na sociedade na qual hoje vivemos, em que predominam os sistemas precaminosos das injustiças e opressões, a educação para a libertação tem que se identificar com o processo de organização das classes oprimidas para superar e transformar as estruturas opressoras (JORGE, 1981, p. 28-29).

No Projeto Análise da Cadeia Produtiva do Pescado oriundo da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar no Estado do Rio Grande do Sul, ainda em fase de execução e, portanto, com resultados ainda parciais, foi feito um prévio levantamento dos Fóruns e Entidades de Pesca, onde foram encontrados onze[2] espaços situados em diferentes localidades de pesca no município, divididos em Associações, Colônias, Cooperativas, Sindicatos e Fóruns.

Diante disso, nos interessou fazer uma revisão bibliográfica com o objetivo de poder conhecer como os pescadores artesanais vêm se organizando politicamente em sociedade, conseguindo persistir enquanto categoria profissional, mesmo diante do "quadro" de submissão que acompanha estes trabalhadores. Entendemos que esta revisão se torna importante, porque por meio dela podemos compreender o movimento que permitiu que a pesca artesanal não sucumbisse diante de todas as adversidades que se impuseram e que continuam a negar sua relevância, mesmo diante da importância que exerce não somente em relação ao pescador e sua família, mas em todos os demais elos da cadeia produtiva da pesca artesanal; além de ser uma atividade que não exige grandes investimentos para poder ser exercida (se comparada à pesca de grande escala e

2 Associação dos Moradores da Ilha da Torotama; Associação dos Profissionais Artesanais da Coreia/Ilha dos Marinheiros (APPACIM); Associação de Pescadores Profissionais Artesanais da Ilha da Torotama (APEARJ); Associação de Pescadores da Vila São Miguel (ASPEMI); Associação dos Pescadores Artesanais e Aquicultores da Praia do Cassino (APAAC); Associação dos Pescadores da Capilha; Colônia de Pescadores Marcílio Dias (Z1); Cooperativa dos Pescadores Artesanais do Parque Coelho (COOPEAC); Sindicato dos Pescadores do Rio Grande, Fórum da Lagoa dos Patos; Conselho Cooperativo para Ações no Âmbito Pesqueiro das Lagoas Mirim e Mangueira (COMIRIM).

à aquicultura) e; se apresenta como uma atividade de menor impacto ambiental.

Porém, pela limitação de tempo e de espaço para a realização dessa empreitada, resolvemos fazer uma abstração do quadro geral das organizações políticas da pesca artesanal, delimitando-nos, aqui, a trabalhar com o Fórum da Lagoa dos Patos, o qual acreditamos ser hoje, a maior instância representativa dos pescadores artesanais da cidade do Rio Grande-RS e da Região abrangida por esta Laguna.

Optamos por fazer este trabalho a partir da identificação das categorias situação-limite, ato-limite e inédito viável, trabalhadas por Paulo Freire no estudo das Representações e Práticas de Educação Ambiental no Fórum da Lagoa dos Patos, expressas no trabalho monográfico do curso de Especialização em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Rio Grande, de autoria, da agora Doutora em Educação Ambiental, Dra. Maria Odete da Rosa Pereira, defendido em abril de 2005.

Nossa opção por este trabalho em especial é porque ele faz parte das leituras que temos feito e traz em seu bojo a categoria de representação. Entendemos que a representação é o conhecimento que se tem da realidade, pois a representação já encerra em si a percepção do mundo e a atuação sobre ele, ou seja, quando temos a representação de alguma coisa é porque já a percebemos antes e já agimos sobre ela e, o resultado dessa ação/reflexão/ação retorna a nós na forma de conhecimento ou representação social. Assim, podemos dizer que a representação que temos da realidade encontra-se limitada pelo conhecimento que temos desta e, o conhecimento desta será maior ou menor na medida de nossa ação consciente sobre o mundo. Sendo assim, a representação social é uma categoria de fundamental importância para a compreensão do modo como estamos produzindo nossa existência, pois esta se expressa nas práticas que desenvolvemos. Logo, poder conhecer a forma como a Educação Ambiental está presente na representação dos pescadores artesanais que se encontram organizados em movimentos sociais torna-se importante, pois é por meio da compreensão das contradições existentes nestas representações que nós educadores ambientais podemos contribuir com o processo de transformação, dialogando sobre possibilidades, "construindo coletivamente conhecimentos, ampliando a compreensão da realidade complexa e chegando a alternativas aceitas como válidas para o grupo ou classe social" (PEREIRA, 2006, p. 53).

Embora o trabalho de Pereira, o qual será analisado por nós date de 2005, e nós não entendemos os processos sociais como estanques e, portanto, sabemos que muitas outras atividades foram desenvolvidas nesse intervalo de tempo que separa a defesa de sua monografia até hoje, destacamos que temos feito leituras complementares sobre o Fórum, bem como temos acompanhado suas reuniões, reivindicações e mantendo contato com os pescadores que a ele estão ligados, logo, isso não interferiu nas análises que trouxemos aqui.

Entendemos, portanto, que o conteúdo desta monografia poderá sim, por meio do estudo das representações nela presentes, nos fornecer subsídios da situação-limite que gerou a organização de um grupo de pessoas em torno de um tema: pesca artesanal na Lagoa dos Patos; fazendo-nos compreender as peculiaridades da pesca e dos pescadores nesta região abrangida por esta Laguna e as razões que tornam este Fórum tão conhecido a ponto de ser citado, por exemplo, por Cardoso em sua tese doutoral defendida no ano de 2001 na Universidade de São Paulo.

Este estudo nos fará compreender o que se apresenta como situação-limite na pesca artesanal na Lagoa dos Patos e os atos-limites, que são as ações desenvolvidas pelos pescadores em sua luta dentro do Fórum e que estão expressos tanto pela sua

criação como pelas conquistas que obtiveram em suas reivindicações, as quais nos levam a ter esperanças, de alcançarmos juntos o inédito viável, o qual, neste momento, pensamos ser a sustentabilidade das relações sociais e destas em relação à natureza. É nisso que sustentamos a nossa utopia de conseguirmos criar as condições necessárias a outro mundo possível, onde as relações sociais sejam outras.

Uma observação que deve ser feita é em relação à nossa opção por destacar o Fórum da Lagoa dos Patos, dentre as várias organizações relativas à pesca artesanal existentes em Rio Grande. Nossa delimitação se dá pela importância que possui, pelas ações que desenvolvem e pela representatividade que tem na região, embora todas as outras organizações, com abrangência mais local podem ser também destacadas como de suma importância para estudos posteriores, dentre elas a Colônia de Pescadores Z-1 e a Cooperativa dos Pescadores Artesanais da Vila São Miguel.

Pereira (2005, p. 06) nos apresenta o Fórum da Lagoa dos Patos como sendo um órgão colegiado de função cooperativa ao setor pesqueiro nos aspectos político, econômico e jurídico, sendo composto por entidades e representantes da sociedade civil organizada e poder público dos municípios da Região Sul do Estado.

É claro que aqui estamos nos referindo à luta, em particular, de uma categoria em especial que é a dos pescadores artesanais, embora, entendamos que para a transformação efetiva do modelo de sociedade, é preciso muito mais que o movimento de categorias profissionais, mas o reconhecimento dos trabalhadores enquanto classe. O desenvolvimento de uma consciência crítica passa, antes de tudo, pelo nosso reconhecimento enquanto pertencentes à classe trabalhadora, no entanto, não podemos ficar de braços cruzados esperando que a grande revolução aconteça. É preciso trabalhar no sentido de fortalecer aquilo que já se tem e que se apresenta para nós como o inédito viável possível no momento. É assim que estamos entendendo o Fórum da Lagoa dos Patos e é com esta esperança que buscamos na Educação Ambiental Crítica, premissas para o seu fortalecimento para o desenvolvimento de uma luta consistente por parte dos pescadores artesanais que o compõem.

2. METODOLOGIA

Esse é um trabalho de natureza qualitativa, amparado na compreensão da Educação Ambiental Crítica, a qual se fundamenta na concepção marxista. Nosso principal referencial teórico é o educador Paulo Freire, do qual delimitamos previamente três categorias a serem trabalhadas: situação-limite, ato-limite e inédito viável.

Em poucas palavras, podemos dizer que a situação-limite se apresenta para nós aqui como as próprias contradições inerentes ao modo de produção capitalista onde as relações sociais da pesca estão inseridas. O ato-limite refere-se às conquistas dos pescadores artesanais durante sua atuação no Fórum, inclusive a criação do mesmo. E, o inédito-viável, o qual nos remete às categorias freireanas, tais como esperança, utopia e sonhos possíveis, diz respeito à práxis que é a ação-reflexão-ação sobre o mundo, o que nos remeterá também à categoria conscientização (desenvolvimento da consciência crítica) em Freire.

A metodologia que adotamos foi a da delimitação *a priori* destas três categorias freireanas, as quais envolvem a compreensão de outras tantas dentro dessas, pois nada

em sociedade encontra-se isolado, mas sim em permanente conexão. A partir, da delimitação das categorias, delimitamos no trabalho de Maria Odete da Rosa Pereira (2005) onde, implícita ou explicitamente, as mesmas se encontram. Desse modo, nossa proposta é fazer um estudo de seu trabalho sobre representações e práticas de Educação Ambiental no Fórum da Lagoa dos Patos, fazendo uma espécie de reescrita de seu trabalho com foco nesses três categorias, as quais entendemos que podem nos ajudar na organização do desenvolvimento dessas representações (e dentro destas, das práticas) desenvolvidas no Fórum. Esse delineamento contribui para o resgate do trabalho de Pereira (2005) de modo a enfatizar o trabalho de organizações políticas de pescadores artesanais, mostrando, assim, os limites e possibilidades que a organização política de trabalhadores pode ter na luta por outro mundo possível e necessário. No entanto, convém destacarmos que a leitura que fazemos aqui é como diz Oliveira (2006, p. 17) "uma leitura transitória da realidade, pois todo processo de construção do conhecimento nunca é estanque, pronto, completo".

Ressaltamos que o trabalho original, ou seja, o trabalho de Pereira (2005), o qual deu origem ao que aqui apresentamos se destina a conhecer de que modo as representações dos atores sociais, quanto à preservação ambiental, sustentabilidade e educação, transforma-se através da participação de uma instância deliberativa, no caso, o Fórum da Lagoa dos Patos. A autora, assim como nós, entende que o exercício da cidadania vivida neste contexto político-organizativo coloca os atores numa posição de responsabilidades para tomar decisões, além do fato de que os encaminhamentos junto ao Fórum podem vir a se transformar em políticas públicas, por meio de acordos e consensos desenvolvidos neste espaço organizado (PEREIRA, 2005, p. 6).

3. A SITUAÇÃO-LIMITE DE ESCASSEZ DO RECURSO E O ATO-LIMITE DE CRIAÇÃO DO FÓRUM DA LAGOA DOS PATOS E SUAS CONQUISTAS

O Fórum da Lagoa dos Patos foi criado em 1996, juntamente com o Comitê da Lagoa Mirim (COMIRIM), como espaços de formulação e mediação de conflitos que buscam a democratização das ações de fiscalização e controle para a gestão dos recursos pesqueiros. A criação destas instâncias representa um ato-limite dos pescadores artesanais da região sul do Rio Grande do Sul em relação ao fato-gerador dessa organização que foi o declínio da produção pesqueira. Logo, podemos entender que o estopim que gerou a organização dos pescadores artesanais em um Fórum foi a escassez do "recurso pesqueiro". Os pescadores artesanais organizam-se em busca de alternativas para não deixarem de existir enquanto categoria profissional, pois é daí que tiram o seu sustento e o de suas famílias. O Fórum surge com uma finalidade esperançosa de criar possibilidades para o setor, confirmando uma premissa básica do materialismo-histórico-dialético de que é na crise que se desenvolvem as possibilidades de criação do novo. O novo, que no caso em questão é o Fórum da Lagoa dos Patos se apresenta como um movimento social em processo de desenvolvimento para a superação das situações-limite desumanas que fazem, nesta sociedade, o pescador artesanal ser menos.

É desta forma que nasce e se desenvolve o Fórum da Lagoa dos Patos, ou seja, tendo como fato gerador a escassez do recurso pesqueiro que se impôs como uma situação-limite aos pescadores artesanais que dependem dele para a manutenção de suas vidas. A criação do Fórum representa, assim, um ato-limite, impulsionado pela necessidade de "dirimir conflitos sobre um espaço de exploração de recursos naturais", significando "o reconhecimento de profundas modificações" neste Estuário que é "um

dos maiores criadouros naturais do mundo, qualidade que lhe permitiu uma sobre-exploração dos recursos pesqueiros nos últimos 50 anos, principalmente para abastecer a indústria de pesca sediada em Rio Grande" (PEREIRA, 2005, p. 27).

O que nos chama atenção aqui é o fato de que embora a criação do Fórum date de 1996 e que a monografia base deste estudo e a fala de Pereira citada acima datem de 2005, os nossos encontros com os pescadores dentro e fora do Fórum da Lagoa dos Patos tem revelado que esta situação permanece. Somente neste ano de 2013, várias apreensões ilegais de camarão foram feitas pela Brigada Militar e IBAMA. Em uma delas, exibida pelo Jornal Agora, jornal de circulação local, o Capitão da Brigada Militar, responsável pela apreensão de duas toneladas somente neste dia, explica:

> […] há suspeita de que pescadores de Santa Catarina estejam se instalando nas localidades de São José do Norte, financiados por comerciantes de camarão de Florianópolis, para fazer a captura irregular do pescado. "O pessoal de fora está chegando de caravanas. Estão se formando vilas em volta da Lagoa dos Patos, mais de mil pessoas de fora devem estar instaladas na região, o que acaba gerando conflito, inclusive, com os pescadores locais", informou. Ele também disse que a maioria dos pescadores que está se instalando na região não possui registro para pescar na Lagoa.

O capitão explicou, ainda, "que o esquema do pessoal de Santa Catarina envolve a compra de freezers, veículos e material de pesca". Disse também que os veículos, como por exemplo, os apreendidos nesta situação citada, são novos e com sistema de suspensão adaptados para segurar o peso do pescado, mantendo a estabilidade do carro. Assim, quem olha de fora imagina que a carroceria está vazia (FERNANDES, 2013, Jornal Agora).

Os órgãos ambientais, por sua vez dizem fazer o possível, mas lhes faltam estrutura e número de pessoas habilitadas para o trabalho. Assim, fazem o possível dentro de suas limitações, dedicando-se, principalmente, aos casos de denúncia, para as quais contam com a ajuda dos pescadores que estão trabalhando legalmente.

Essa questão de sobre-exploração na Lagoa dos Patos, a qual entendemos como situação-limite, pode ser comprovada também pelo trabalho de Cardoso (2001) quando entrevistando um pescador a respeito da profissionalização na pesca mostra a representação que os pescadores de fora da cidade de Rio Grande, especialmente os vindos de Santa Catarina tinham da pesca na Lagoa, o que denota também a histórica migração de catarinenses para Rio Grande. Assim diz o pescador:

> [...] eu já tive pescando até no Rio Grande. Eu fui pescar no Rio Grande com 14 anos de idade. Eu peguei a pescar aqui, e via todo mundo falando que no Rio Grande tinha peixe de monte, camarão de monte, e meu desejo era sempre ir ver com meus olhos e fui um dia e, nesse dia que fui, até por coincidência vi bastante peixe, bastante camarão. Quando voltei em casa disse pra nossa turma aqui que nunca conheceu o Rio Grande que ia acabar o peixe no resto do Brasil e não ia acabar no Rio Grande. Eu tenho 48 anos de idade e vi acabar tudo no Rio Grande,

> acabou mesmo, num tem mais nada, pescador no Rio Grande tá morrendo é de fome. QUEIRÓZ - Santo Antônio de Lisboa – SC (CARDOSO, 2001, p. 55).

Parte dessa situação de sobre-exploração se explica pelas políticas públicas de incentivo ao setor industrial pesqueiro, o qual recebeu vários privilégios relacionados, por exemplo, à incentivos fiscais, o que produziu concentração de riqueza para alguns, tanto em Rio Grande, quanto em outras regiões do estado e até fora dele. Essa concentração de riquezas se deu com base na expropriação dos pequenos produtores, os quais assistiram "a diminuição de seus cardumes e o seu empobrecimento gradativo". Além dos tantos outros conflitos relativos à pesca numa sociedade "modernizada". "Deste modo, parece-nos que quanto mais se moderniza a indústria pesqueira, mais dura fica a vida do pescador artesanal" (PEREIRA, 2005, p. 31), principalmente no que se refere à captura do camarão-rosa, nossa grande riqueza natural.

Como bem disse Pereira "A cada verão nas safras de camarão, antes mesmo da abertura oficial somos 'saqueados' por compradores clandestinos que vem buscar o produto in natura para revender por preços altíssimos em outros mercados". E a autora continua sua análise referindo-se ao ano de 2005, dizendo que "Somente neste ano foram barrados pelo menos dois carros na saída de Pelotas com grande quantidade de camarão, declararam que haviam comprado em Rio Grande e estavam levando o produto para Porto Alegre. Sem falar naqueles que conseguiram escapar" (PEREIRA, 2005, p. 32).

Esta constatação em relação à captura do camarão feita por Pereira (2005) nos chama a atenção para o fato de que a questão dos períodos de pesca foram também um dos motivadores da manutenção do Fórum. Desde sua criação, discute-se "o gradativo desaparecimento de safras tradicionais de pescado (exemplo, o bagre) e o consequente agravamento do estado de miséria das populações pesqueiras", e que "os programas sociais gerados pelos governos não atendem de forma satisfatória a essas populações" necessitando, portanto, de aprimoramentos (PEREIRA, 2005, p. 34).

Assim é que "os pescadores que se dispõem com o respectivo sacrifício em cumprir a lei de não pescar, reclamam muito que a fiscalização não consegue impedir a pesca predatória, ou ilegal, por parte daqueles que estão interessados em construir uma política pública de pesca, ou melhor, de prolongamento da atividade com respeito aos ciclos" (PEREIRA, 2005, p. 34).

4. ENTRE A SITUAÇÃO-LIMITE E O ATO-LIMITE: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA COMO POSSIBILIDADE DE ALCANÇARMOS O INÉDITO VIÁVEL EM RELAÇÃO À PESCA ARTESANAL NA LAGOA DOS PATOS

Ao longo dos quase vinte anos de existência do Fórum da Lagoa dos Patos, os pescadores vão mantendo presença em alguns temas de maior interesse da categoria, em outros temas que julgam menos importantes, não tanto e, junto a este Fórum somam-se acadêmicos, políticos, outros agentes da pesca que não são pescadores artesanais, representantes de órgãos ambientais e relativos à pesca, Ministério Público, Ministério do Trabalho, dependendo da temática a ser enfocada. Mas, a realidade que se observa

pelo trabalho de Pereira (2005) e pelo acompanhamento que temos feito destas reuniões, se refere à "dificuldade que se tem de ultrapassar a fase de meras denúncias para a formulação de propostas legítimas e de qualidade dentro da comunidade" (PEREIRA, 2005, p. 49).

Acreditamos que isso se dê, em parte, porque os pescadores artesanais, de modo geral, não conseguem compreender que a situação da pesca possui aspectos complexos em relação às questões administrativas e jurídicas, as quais não são tão simples de serem resolvidas, pois se chocam com normatizações que, se por um lado, podem resolver a situação imediata destes trabalhadores quanto às questões econômicas relativas à escassez dos recursos pesqueiros, por outro, certamente criarão conflitos em outras tantas questões, pois na natureza tudo está interligado e pensar nisto do ponto de vista de um regramento jurídico que contemple todas essas esferas sem causar prejuízo a ninguém é uma tarefa muito difícil. Não estamos dizendo que a luta por melhores condições na pesca artesanal não é válida, muito pelo contrário.

Entendemos que as políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida e, portanto, de trabalho deste setor tão precarizado e ao mesmo tempo tão resistente precise reunir as condições necessárias de articulação dos saberes de experiência-feito dos pescadores com outros conhecimentos que lhes permitam sair do universo das meras discussões. Logo, quem se dedique a trabalhar junto aos pescadores artesanais tem que ter a responsabilidade de desvelar o mundo junto com eles e a partir deles. No entanto, é preciso se ter a responsabilidade de mostrar que todo este processo de mudança não é tão simples como parece ser, já que uma norma não pode ser mudada do dia para noite. Seria uma arbitrariedade pensar assim.

Se por um lado, elencamos a questão da falta de um conhecimento mais ampliado da pesca por parte dos pescadores artesanais como um entrave ao Fórum, por outro, destacamos o problema das muitas pessoas que não são pescadoras e que estão no Fórum. Muitas, talvez, com interesses até mesmo divergentes dos pescadores. Assim, pode haver desde aqueles que se interessam pela causa destes trabalhadores, como também oportunistas que veem no espaço uma forma de desenvolvimento de projetos; o próprio Estado, na figura dos representantes dos órgãos ambientais e da pesca, bem como pessoas que se denominam pescadores, como os comerciantes (conhecidos como atravessadores).

A partir da leitura de Pereira (2005) podemos elencar diversos fatores que interferem num desenvolvimento mais autêntico dos pescadores artesanais junto ao Fórum da Lagoa dos Patos. Alguns são inerentes à própria organização em si, como já falamos, a qual precisa que os pescadores ganhem autonomia e, para terem esta autonomia, é preciso que estejam munidos de um conhecimento para além do saber de experiência-feito que possuem em relação à arte da pescaria, mas uma compreensão de como a pesca se estrutura no campo político-administrativo e jurídico, de forma que consiga compreender a complexidade que rege a sua atividade. Precisam compreender as relações e conexões da sua atividade com as demais esferas sociais e as implicações que as mudanças que julgam ser necessárias fazer, implicam em outras áreas, para poderem estar munidos para além do saber de experiência-feito, de um conhecimento que lhes proporcione ir para o embate em condições de discutir as questões que lhes diz respeito, mas com coerência que lhes garanta êxito.

Lembrando que estar na luta junto com os pescadores artesanais na defesa de seus direitos não se restringe a dizer o que querem ouvir, mas lutar por aquilo que é pensado junto, tem fundamento e é necessário ser feito. Em outras palavras, toda a luta

por melhorias para este setor e para seus trabalhadores é válida, o que percebemos ser preciso é uma coerência entre o necessário e o possível, no que entendemos que a Educação Ambiental Crítica voltada para a compreensão do funcionamento político-administrativo e jurídico da pesca poderá contribuir com os pescadores artesanais reunidos neste Fórum, tornando o conhecimento que possuem com capacidade de realmente vir a se constituir em conquistas, levando o Fórum para além de um espaço de reclamações.

Alguns avanços são conquistados dentro das discussões do Fórum da Lagoa dos Patos, como, por exemplo, a edição da Portaria 171[3] que deliberou que a safra de camarão na Lagoa dos Patos, abre em data fixa, de 1º de fevereiro. No entanto, desde outubro de 2004, o Fórum da Lagoa dos Patos vem discutindo a necessidade de abertura antecipada da safra de camarão. Pereira (2005, p. 54) diz que as discussões no Fórum no ano de 2005 se deram baseadas na constatação, por parte dos pescadores do aparecimento de camarão mais cedo na lagoa por circunstâncias climáticas e no tamanho do mesmo, que segundo eles seria graúdo ou na medida definida pela legislação. Com base nestas informações, ficou decidido que a mesa coordenadora se reuniria com alguns técnicos da FURG que participam do Fórum de maneira voluntária e iriam produzir um documento para enviar à gerência do Ibama no RS solicitando a antecipação da safra. Alguns estudos foram feitos, atualmente se tem notícia de um Projeto junto à Universidade do Rio Grande relativo a esta questão, mas o fato é que até o momento não se tem nenhuma solução significativa para o caso.

Sobre isso Pereira (2005) se posiciona da seguinte forma:

> A meu ver existem duas situações de limites estatais, a primeira é o prazo legal para que se tome uma decisão mesmo que política. Isto é, uma Instrução Normativa assinada por dois ministros não pode ser mudada bruscamente num prazo tão curto. O segundo são os vícios que a instituição adquiriu ao longo dos anos através de seus funcionários, que são públicos e com tudo que isto acarreta, isso lhes garante estabilidade e alguns com poder de decisão sobre a vida de muitos como acontece neste caso.
>
> Sendo assim, temos de um lado um grupo social desorganizado e com uma intervenção política fraca sobre o gerenciamento, os pescadores artesanais, por outro uma instituição com alguns técnicos acostumados a tomar decisões baseadas apenas em análises de gabinete. Na verdade a instituição tem usado o Fórum para legitimar suas decisões. O que se seguiu foram encaminhamentos e ações que de certa forma desembocaram em entendimentos confusos (PEREIRA, 2005, p. 55).

A partir de Pereira (2005) destacamos também várias outras questões externas, mas que interferem no desenvolvimento de conquistas para o Fórum da Lagoa dos Patos. Dentre essas destacamos algumas, tais como o desconhecimento por parte das autoridades públicas em relação às questões que regem a área ambiental; o

3 Em fevereiro de 2004 saiu uma instrução normativa conjunta da SEAP - Secretaria Especial da Pesca e Ministério do Meio Ambiente, estabelecendo diversas regras para a pesca na Laguna dos Patos inclusive o licenciamento ambiental da pesca. No tocante a abertura da safra manteve a mesma data.

distanciamento do ensino formal da realidade da gestão ambiental, ora com iniciativas pessoais, locais e restritas e no que se refere à pesca, a escola passa ao largo dessa problemática; não há uma orientação para um olhar crítico e cuidadoso para com o ambiente natural, logo há um desconhecimento geral a respeito das fragilidades ambientais do espaço urbano e do ecossistema no qual o município está inserido, problema que ultrapassa a escola, mas se estende à própria Universidade que forma profissionais que não conhecem os problemas ambientais da cidade; além do clientelismo, o paternalismo e outros "ismos" precisam imediatamente ser superados, tanto pelos movimentos sociais, quanto pelos governantes.

Entendemos como Pereira (2005) que o processo educativo está alicerçado na transformação e emancipação dos indivíduos e setores da sociedade. Pensar nisso, significa compreender que nós educadores, precisamos assumir uma posição política diante dos fatos que se apresentam em sociedade. Assim, a Educação não é e nem pode ser neutra, pois nossas práticas revelam o nosso posicionamento frente ao mundo.

A Educação Ambiental Crítica, como estamos a entendendo, não só historiciza as relações sociais na natureza, como também almeja a autonomia e a liberdade das pessoas, através da busca por transformações das suas condições objetivas e subjetivas. Existe em função da crítica ao atual modelo de sociedade, pelo desvelamento da mesma, por meio do desenvolvimento da consciência crítica, o que pode levar à transformação material da realidade e dos sujeitos envolvidos neste processo e, que em nosso caso particular, refere-se aos pescadores artesanais junto dos quais nos posicionamos e, consequentemente, de nós pesquisadores.

É por isso que a Educação Ambiental Crítica possui grande possibilidade de ser transformadora da realidade vigente, por estar relacionada à nossa prática social. A Educação Ambiental Crítica que defendemos "se revela ao lado daqueles setores sociais que, embora sendo maioria, estão excluídos dos benefícios do sistema cultural e econômico", pois "o modelo de desenvolvimento que aí está não favorece a todos", mas "de modo particular uma elite na sociedade" (PEREIRA, 2006, p 48).

Assim, as condições de opressão inerentes ao modo de produção capitalista chocam-se tão profundamente com a humanização que vão criando nos indivíduos uma espécie de suportamento em relação às condições em que vive, até o momento em que estas se transformam em situações-limites, tornando-se insuportáveis a ponto de exigir uma ação do sujeito oprimido. Essas ações poderão ser mais ou menos autênticas na medida em que os sujeitos conseguem compreender mais profundamente as causas daquilo que lhe oprime e que, de forma geral, se apresenta apenas aparentemente e, muitas vezes, como situações fatais, imutáveis e até mesmo míticas.

A Educação Ambiental Crítica, por ser crítica ao modelo de sociedade se apresenta como um convite ao desvelamento da mesma, sendo, portanto, uma alternativa que vem a contribuir com o desenvolvimento da consciência crítica que nos leva à ação, à tomada de decisão, aos nossos atos-limites, nos fornecendo os elementos para o alcance do inédito viável possível em cada momento.

É desta forma, por meio do diálogo uns com os outros que o Fórum vem existindo com avanços e tropeços, inerentes aos próprios movimentos sociais. Pereira (2006) colocou muito bem esta questão da dificuldade da participação popular efetiva. Paulo Freire na *Pedagogia da Esperança* já alertava sobre a dificuldade de mover as pessoas da 'anestesia histórica, "geradora de uma certa apatia, de um certo imobilismo, à preocupação e ao debate político" (FREIRE, 1987, p. 138).

Baseada em Sherer-Warren, Pereira (2005) diz que a participação popular se dá

através das formas de associativismo civil[4] e pelos movimentos sociais que possibilitam a formação de identidades coletivas e ideários comuns, pré-requisitos para a demanda coletiva de direitos e para a criação de novos valores e normas para a vida societária, ressaltando que no caso específico dos pescadores artesanais da Lagoa dos Patos, os encaminhamentos se dão desta forma, pois, a partir das discussões nos grupos e entidades que compõem o Fórum, eles passam a se enxergarem coletivamente e o processo educativo caminha no sentido de conscientizar para o uso do bem comum (PEREIRA, 2005, p. 48).

Assim, é o que antes era fechamento vai aos poucos dando lugar ao desenvolvimento de uma consciência crítica de ser e estar no mundo e ao mesmo tempo em que esta consciência se desenvolve, o sentimento de superação de nossos próprios limites vai se impondo e é assim que a participação é uma luta diária, lenta, permeada pelo diálogo, por meio do qual os seres humanos juntos vão se recriando e é assim que vão pouco a pouco aprendendo a efetivar e a exercer sua liberdade, assumindo a função de sujeitos de sua própria história em colaboração com os demais.

Concordamos com a posição de Pereira (2005) ao reconhecer que os empecilhos para uma participação cidadã realmente democrática nas políticas sociais e no poder público são provenientes de uma cultura política que perpassa a esfera governamental e tradições da sociedade civil. Fiori (1987) já dizia no Prefácio à *Pedagogia do Oprimido* que em sociedades cuja dinâmica estrutural conduz à dominação de consciências, 'a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes'. Nessas sociedades, governadas pelos interesses de grupos, classes e nações dominantes, a 'educação como prática de liberdade' postula, necessariamente uma pedagogia do oprimido', logo a prática de liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica. Entendemos que nesta destinação reside a vocação ontológica do ser humano de ser mais (FREIRE, 1987, p. 09).

É a leitura do mundo [….] que vai possibilitando a decifração cada vez mais crítica das situações-limites, além das quais se acha o inédito viável' (FREIRE, 1992, p. 106).

> O inédito viável é na realidade uma coisa inédita, ainda não conhecida e vivida, mas sonhada e quando se torna um percebido destacado pelos que pensam utopicamente, esses sabem, então, que o problema não é mais um sonho, que ele pode se tornar realidade. Assim, quando os seres humanos conscientes querem, refletem e agem para derrubar as situações limites que os e as deixaram a si e a, quase todos e todas limitados a ser menos, o inédito viável não é mais ele mesmo, mas a concretização dele no que ele tinha antes de inviável. Portanto, na realidade são essas barreiras, essas situações-limites que mesmo não impedindo, depois de percebidos-destacados, a alguns e algumas de sonhar o sonho, vêm proibindo à maioria a realização da humanização e a concretização do ser mais (FREIRE, 1992, p. 206-207).

4 Pereira (2005, p. 48) define as associações civis como formas organizadas de ações coletivas, empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns. Portanto, trata-se de organizações formais, com certa continuidade temporal e referência espacial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se apresenta como reflexo de parte dos estudos que temos feito de modo a complementar nossa compreensão em relação à pesca artesanal, tanto para um melhor desenvolvimento nosso no Projeto Análise da Cadeia Produtiva do Pescado oriundo da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar no Estado do Rio Grande do Sul, do qual fazemos parte, como também pelo interesse que o universo da pesca artesanal tem nos despertado enquanto pesquisadores.

Assim, neste trabalho, nos preocupamos em trazer um dos estudos que temos feito sobre a pesca artesanal na cidade de Rio Grande-RS, o qual trata de um estudo do como a pesca artesanal na cidade tem se organizado politicamente no Fórum da Lagoa dos Patos.

Este Fórum apesar das contradições e limites vem existindo há quase vinte anos num movimento que conseguiu vitórias como a interposição de ações civis relativas ao licenciamento ambiental na pesca, seguro-defeso para as mulheres pescadoras, a proibição da pesca da corvina com traineira, entre outras conquistas.

Isso nos mostra o quanto o movimento social pode ter força e é isso que nos motivou a desenvolver este trabalho, buscando a partir do estudo da monografia do curso de Especialização em Educação Brasileira, de autoria de Maria Odete da Rosa Pereira, - a qual se constitui como uma referência no estudo que envolve a educação ambiental na pesca artesanal-, destacar o que aparece no Fórum como situação-limite, ato-limite e inédito viável.

Como já dissemos, a situação-limite é a forma como as relações da sociedade capitalista expropriam as riquezas da natureza e dignidade humana do trabalhador, a tal ponto que se torna inevitável a busca por uma ação que estamos chamando de ato-limite. Assim, o Fórum da Lagoa dos Patos representa para nós um ato-limite dos trabalhadores da pesca artesanal na luta por seus direitos. No entanto, a pesca artesanal e o Fórum não se dão fora da sociedade, eles existem e se mantém dentro desta lógica, o que impõe limites à transformação política desses trabalhadores.

Desse modo, entendemos que a Educação Ambiental Crítica, pelas suas peculiaridades pode contribuir no desenvolvimento crítico desses trabalhadores organizados, de modo que sua organização realmente ganhe legitimidade. A Educação Ambiental Crítica fornece aos seres humanos a possibilidade de se descobrirem por meio da retomada reflexiva do próprio processo em busca do inédito-viável. Entendemos que é preciso uma educação voltada para a cidadania, uma educação para a luta com os trabalhadores, que precisa partir das necessidades elencadas por eles próprios. Eles sabem o que querem, mas se perdem no caminho pelos grandes entraves que os barram numa sociedade desigual.

Assim, estamos entendendo que apesar de todos os limites e contradições existentes no Fórum, este representa a esperança renovada de pescadores a partir da luta e é nesta luta que fortalecem sua esperança, numa relação dialética que vai se desenvolvendo sem muitas vezes ser percebida. A esperança é uma necessidade ontológica do ser-humano na busca por ser-mais, de estar sempre em busca de sua humanização. Esse processo será tão maior quanto maior for o desenvolvimento da consciência crítica da realidade.

Deste modo, este trabalho realizado como uma revisão bibliográfica a partir de um estudo das categorias freireanas nos levou a compreender que nesta luta dos

trabalhadores do Fórum, é preciso despertar para a necessidade de um embasamento crítico político-administrativo e jurídico da pesca para que estes trabalhadores possam conseguir autonomia e força dentro de seus movimentos.

Por meio do trabalho junto aos pescadores, temos nos detido a compreender suas leituras de mundo e nisso temos compreendido que precisam avançar da situação de vitimizados. Realmente estes sujeitos são vítimas de uma história de desigualdades, mas não podem parar aí, para realmente assumirem o papel de protagonistas de suas próprias histórias, a partir da tomada de decisões fundamentadas e coerentes, avançando, assim, pouco a pouco para a transformação dos atos-limites em inéditos viáveis possíveis em cada momento, mas sempre com a possibilidade de alcançar nossa utopia de um mundo onde as relações sociais sejam outras.

Entendemos o Fórum como Paulo Freire entendeu os círculos de cultura, quando ele diz que todos juntos e em colaboração, ao reelaborarem o mundo e reconstruí-lo, percebem que este mundo embora construído por eles, este mundo não é verdadeiramente para eles, que humanizado por eles, não os humaniza. Assim, percebem que as mãos que o fazem, não são as que o dominam e que este mundo destinado a liberá-los como sujeitos, escraviza-os como objetos. Assim, é que vão retomando reflexivamente o movimento da consciência que os constitui como sujeitos. É assim, que os seres humanos não criam as possibilidades de serem livres, mas aprendem a efetivá-las e a exercê-las. Logo, aos que constroem juntos o mundo humano, compete assumirem a responsabilidade de dar-lhe direção. Dizer sua palavra equivale, assim, a assumir conscientemente, como trabalhador, a função de sujeito de sua história, em colaboração com os demais trabalhadores – o povo (FREIRE, 1987, p. 20).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Eduardo Schiavone. *Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Paulo/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Departamento de Geografia. São Paulo, 2001.

FERNANDES, T. *BM e Ibama apreendem 2 toneladas de camarão em SJN*. Jornal Agora. Rio Grande, 31/01/2013. Disponível em: http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=7&n=39235 Acesso em: março de 2013.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido.* 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. *Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

JORGE, J. Simões. *A Ideologia de Paulo Freire.* 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

OLIVEIRA, Caroline Terra de. *Pescadores de Sonhos e Esperanças: Experiências em Educação Ambiental com Trabalhadores da Associação de Pescadores Artesanais da Vila São Miguel – Rio Grande/RS.* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande. Instituto de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Rio Grande, 2006.

PEREIRA, M.O.R. *Representações e Práticas de Educação Ambiental no Fórum da Lagoa dos Patos.* Monografia do Curso de Especialização em Educação Brasileira. Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2005.

PEREIRA, M. O. R. *Educação Ambiental com Pescadores Artesanais: Um Convite à Participação.* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande/ Instituto de Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Rio Grande, 2006.

WALTER, Tatiana. *Novos Usos e Novos Mercados: Qual sua influência na dinâmica da cadeia produtiva dos frutos do mar oriundos da pesca artesanal?* Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade. Seropédica-RJ, 2010.